



28103598



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião

Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 17/05/2024	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Ricardo Lewandowski	GM
Ana Maria Alvarenga Mamede Neves	GM
Manoel Carlos de Almeida Neto	SE
Marivaldo de Castro Pereira	SE
Victor Epitacio Cravo Teixeira	CONJUR
Sérgio Gomes Velloso	OUV
Pedro Henrique Viana Martinez	SAJU
Elias Vaz de Andrade	SAL
Lílian Manoela Monteiro Cintra de	SFDIGI

Melo	SEBIST
João Pimenta Staub	SENACON
Marta Rodriguez de Assis Machado	SENAD
Jean Keiji Uema	SENAJUS
Giovana Pereira de Paiva Leite	SENAPPEN
Camila kühl Pintarelli	SENASP
Andrei Augusto Passos Rodrigues	PF
Alberto Raposo Neto	PRF
Joacil Basilio Rael	ANPD
Ronaldo Alves Nogueira	AECI
Juliana Amorim de Souza	ASINT
Elizeu Soares Lopes	ASPAD
Débora de Souza Januário	SAA
David de Lima Freitas	SPO
Solange Berto de Medeiros	STI

PAUTA:

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e apresentação da pauta da reunião;
3. Sistema de Governança;
4. Validação do Planejamento Estratégico 2024-2027 e da Carteira de Políticas Públicas;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe SAA/SE;
7. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. O Ministro de Estado do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, Sr. Ricardo Lewandowski, iniciou a reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE, agradecendo a presença dos participantes e comunicando que o encontro tinha como objetivo apresentar o Sistema de Governança do Ministério e aprovar alguns instrumentos de gestão, como o Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027 e a Carteira de Políticas Públicas. Em seguida, passou a palavra ao Secretário-Executivo, Sr. Manoel Carlos, que pontuou os assuntos que seriam tratados no encontro.
2. Na sequência, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David de Freitas, apresentou, de forma resumida, a estrutura do Sistema de Governança da Pasta, regido pela Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022, de modo a organizar o processo decisório dentro do órgão. O Sistema foi elaborado a partir de diretrizes e orientações contidas no Decreto nº 9.203, de 2017, que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal, bem como de recomendações provenientes de manuais, guias e resoluções aprovados pelo Comitê Interministerial de Governança – CIG, instância externa de governança vinculada ao Poder Executivo. Explicou que os três níveis de atuação da governança no âmbito do Ministério são: i) nível estratégico: composto pelo Comitê de Governança Estratégica – CGE, instância máxima do Sistema com atribuições de avaliar iniciativas de gestão estratégica, de riscos e controles internos, da transparência, de integridade, de políticas públicas, administrativa, de dados e sistemas de informação, e de tecnologia da informação e comunicação; ii) nível tático: composto por 6 colegiados temáticos que dão subsídios para a tomada de decisão do CGE, sendo eles a Comissão-Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE, o Comitê de Governança Administrativa – CGA, a Comissão Executiva do Programa de Integridade – CEPI, o Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI e o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC; e iii) nível operacional: formado pelos Diretores, Coordenadores-Gerais, Coordenadores e os demais níveis decisórios do Ministério. Ressaltou aos presentes que o Sistema de Governança do Ministério já se encontra bastante consolidado no órgão e referência na Esplanada, tendo obtido o 1º lugar no Índice de Governança e Gestão – IGG dos órgãos da administração pública em 2021, na temática Ministério, na última pesquisa realizada pelo TCU.
3. O Subsecretário destacou as principais competências do CGE, dentre elas aprovar instrumentos institucionais, como: planejamento

estratégico do Ministério; Carteira de Políticas Públicas; Plano Anual de Capacitações; Plano Anual de Contratações; Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; Programa de Integridade; Modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos. Além disso, são discutidos temas afetos a orçamento e finanças no âmbito do CGE e outros assuntos transversais e estratégicos para o Ministério, bem como a disseminação das decisões e diretrizes aprovadas pelo Comitê Interministerial de Governança – CIG. Logo, o Sr. David de Freitas ressaltou que o CGE é um ambiente de tomada de decisão dos assuntos mais importantes no que tange a estratégia do Ministério, com a realização de reuniões periódicas.

4. Dando continuidade à reunião, o Sr. David Freitas tratou sobre o processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2027, iniciado no 2º semestre de 2023, e retomadas discussões em 2024. Abordou suas etapas e ressaltou que o envolvimento das unidades foi crucial para a construção dos produtos, objetos de validação. Destacou que o planejamento estratégico é fundamental no direcionamento da estratégia do órgão para os próximos anos, reforçando as prioridades estabelecidas. Assim, a elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2027 envolveu a construção dos seguintes documentos: i) Diretrizes Estratégicas; ii) Matriz SWOT; iii) Mapa Estratégico 2024-2027: missão, visão, valores e objetivos estratégicos; iv) indicadores estratégicos e suas respectivas metas; v) projetos estratégicos; vi) Plano de Comunicação do Planejamento Estratégico 2024-2027; e vii) Cadeia de Valor. Com relação à Cadeia de Valor, informou que foram realizadas apenas atualizações necessárias para que fossem refletidas as mudanças na estrutura organizacional da Pasta, dadas pelo Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, e sua posterior alteração, por meio do Decreto nº 11.759, de 30 de outubro de 2023. Outro instrumento de gestão abordado pelo Subsecretário referiu-se à Carteira de Políticas Públicas, com atualizações iniciadas desde o 1º semestre de 2023. As modificações foram trabalhadas no âmbito da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE, com pontos focais das unidades, sendo também objeto de apreciação e validação pelo CGE. O Sr. David registrou que, após a análise e a consolidação das informações encaminhadas pelas unidades de todos os documentos anteriormente mencionados, foi realizada a validação prévia pela Secretaria-Executiva e pelo Gabinete do Ministro, com envio de e-mail aos membros do Comitê para apreciação em 25 de abril de 2024.
5. Nesse sentido, e com base nos documentos disponibilizados, o Ministro de Estado, Sr. Ricardo Lewandowski, submeteu o conteúdo aos

membros do CGE, sendo aprovados o Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027 e a Carteira de Políticas Públicas, sem objeções.

6. Em seguida, o Secretário-Executivo, o Sr. Manoel Neto, abordou sobre o Núcleo de Aprimoramento da Execução Orçamentária do Sistema de Governança - NAEO, que tem o objetivo de otimizar o emprego dos recursos do MJSP, inclusive aqueles repassados para os demais entes da federação. Ele pediu atenção na execução orçamentária, em especial às áreas de segurança pública. Além disso, o Secretário citou o relatório trimestral do NAEO que será publicado em breve, detalhando os aspectos orçamentários do Ministério e os valores que carecem de execução em cada unidade da federação.
7. Em seguida, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Marivaldo Pereira, deu continuidade à reunião, agradecendo o empenho de todos para a construção e a aprovação do Planejamento Estratégico 2024-2027. Ele reforçou a importância de as unidades focarem seus esforços nas prioridades estabelecidas, com destaque para a execução orçamentária, assegurando que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz para alcançar os objetivos propostos no Planejamento Estratégico. Ademais, chamou atenção para as licitações previstas para novembro e dezembro deste ano, especialmente àquelas relacionadas às emendas parlamentares. Para viabilizar a execução dessas emendas, alertou para a importância de acelerar o processo de licitação, evitando a perda de recursos e garantindo a implementação das políticas públicas discutidas na reunião, ao tempo em que colocando a Secretaria-Executiva à disposição para qualquer suporte necessário.
8. O item de pauta seguinte foi conduzido pela Subsecretária de Administração, a Sra. Débora Januário, que destacou a Comissão de Planejamento e Gerenciamento das Contratações – CPGC, presente no Sistema de Governança do Ministério. Esta comissão tem como objetivo atender aos requisitos dispostos no Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que regulamenta na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor normas gerais para o planejamento e governança das contratações no âmbito dos órgãos. Ela mencionou a Portaria nº 405, de 20 de novembro de 2020, atualmente em revisão, que institui mecanismos de governança em relação às contratações públicas, define diretrizes, estabelece procedimentos e promove o compartilhamento e a centralização das contratações, sempre que possível. Além disso, a Subsecretária abordou a revisão do Plano de Contratações de 2024, que apresenta um total de 3.212 contratações com documentos de formalizações de demandas planejadas. Em seguida, informou que o Plano de Contratações Anual de 2025 foi finalizado e cadastrado no

sistema do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, com quantidades e valores menores quando comparado aos anos anteriores, existindo a possibilidade de revisão posterior. Por fim, a Sra. Débora Januário ressaltou que, atualmente, constam 25 macro contratações no Ministério, com valor estimado de R\$ 6.6 bilhões para compartilhamentos entre as unidades licitantes, sendo essas: i) Segurança Pública, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; ii) Tecnologia da Informação – TIC, coordenada pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação – STI; iii) Serviços Gerais, coordenada pela Secretaria Executiva – SE.

9. Após as apresentações, o Secretário-Executivo adjunto cedeu a palavra ao Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David de Freitas, para proceder os informes da SPO. Na ocasião, ele tratou sobre a restrição orçamentária, demonstrando o esforço do órgão para recomposição e suplementação orçamentária, a fim de assegurar o cumprimento dos compromissos estabelecidos no Plano Plurianual 2024-2027 e nas políticas setoriais sob a responsabilidade da Pasta. Por fim, forneceu informações adicionais sobre: i) o início da elaboração da Cartilha de Emendas Parlamentares 2025, tratada no processo SEI nº 08004.000505/2024-21; ii) a atualização da sistemática para apuração de custos, trabalho que vem sendo realizado junto às unidades; e iii) Plano Amazônia: Segurança e Soberania – AMAS.
10. O Secretário-Executivo adjunto orientou que as unidades que tivessem propostas de políticas públicas que possam auxiliar a população do estado do Rio Grande do Sul, devido às enchentes, que apresentem o quanto antes à Secretaria-Executiva. De igual modo, projetos e ações já previstos e aprovados no orçamento para a região, solicitou que seja feito um esforço interno para priorizar e liberar o recurso, sobretudo se o projeto tiver relação com o atendimento das vítimas.
11. O Sr. Marivaldo encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos e colocando, mais uma vez, colocando o Gabinete do Ministro e a Secretaria-Executiva à disposição para que a Pasta consiga concretizar o Planejamento Estratégico, assim como parabenizou a todos pelo trabalho desenvolvido.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO RAPOSO NETO, Usuário Externo**, em 10/06/2024, às 16:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 10/06/2024, às 16:12, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 10/06/2024, às 18:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 10/06/2024, às 18:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Pimenta Staub, Secretário(a) Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 11/06/2024, às 10:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Solange Berto de Medeiros, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 11/06/2024, às 10:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Elias Vaz de Andrade, Secretário(a) Nacional de Assuntos Legislativos**, em 11/06/2024, às 11:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO, Subsecretário(a) de Administração**, em 11/06/2024, às 12:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Augusto Passos Rodrigues, Usuário Externo**, em 11/06/2024, às 17:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ELIZA PIMENTEL DA COSTA SIMOES, Coordenador(a)-Geral de Apoio ao Gabinete do Ministro**, em 11/06/2024, às 17:05, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Alvarenga Mamede**



Neves, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, em 11/06/2024, às 17:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Giovana Pereira De Paiva Leite, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas Penais**, em 12/06/2024, às 18:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Joacil Basílio Rael registrado(a) civilmente como Diretor Joacil Basílio Rael, Usuário Externo**, em 13/06/2024, às 10:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA VIEIRA DE QUEIROZ, Gerente de Projeto**, em 13/06/2024, às 17:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Viana Martinez, Diretor(a) de Promoção de Acesso à Justiça**, em 14/06/2024, às 18:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 19/06/2024, às 18:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Keiji Uema, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 20/06/2024, às 18:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Manoela Monteiro Cintra de Melo, Secretário(a) de Direitos Digitais**, em 24/06/2024, às 15:53, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 02/07/2024, às 19:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **28103598** e o código CRC **5FDF2EB8**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.
